

E agora, Cabral?

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Em abril, fez 523 anos que os marujos de Pedro Álvares Cabral deram os primeiros passos oficiais de europeus nas terras que viriam a se chamar Brasil. Desde aquelas primeiras marcas nas praias até hoje, ocupamos 8,5 milhões de km², habitados por 220 milhões de pessoas; nos transformamos no 5º maior e no 6º mais populoso país do planeta, com uma economia entre as dez maiores. Não fizemos feio, mas e agora, Cabral?

Por 350 anos, mantivemos um sistema escravocrata que serviu de base à economia e à sociedade, e nos deixou fósseis sociais na pobreza, no racismo, na baixa produtividade, na aceitação da desigualdade, no desprezo à educação do povo. Mantemos até hoje a semiescavidão com 10 milhões de adultos analfabetos, uma indecente concentração de renda, um quadro social em que metade da população sobrevive na pobreza e na penúria da fome, com insalubridade e violência; e em um sistema educacional com escolas senzalas para os pobres e escolas casa grande para os filhos dos ricos.

Nossa democracia é ameaçada por militares que só confiam neles, políticos que só buscam benefícios pessoais, universitários que desprezam os analfabetos e não veem o desastre da educação de base, empresários que enriquecem graças a subsídios estratosféricos recebidos do Estado e a minúsculos salários pagos a seus trabalhadores. Sem inovação nem competitividade. O resultado é que a imensa população,

ocupando imenso território, ainda não se transformou em uma imensa nação.

A população brasileira é uma colcha de corporações sem formar um povo com instinto nacional comum. Famílias, indivíduos, corporações, empresas, universidades não se veem como parte do todo nacional e, por isso, mais disputam entre si para apropriar-se do maior pedaço de riqueza disponível no imediato do que se unem para fazer os sacrifícios necessários à construção da grande nação.

Quinhentos anos depois, continuamos divididos entre europeus e índios, ricos e pobres, negros e brancos, doutores e analfabetos, sem uma liga apesar do idioma comum. E agora, Cabral?

Apesar de termos sido o país que mais cresceu durante certo período da história moderna, nossa indústria esbarra na ineficiência, na baixa poupança, no endividamento generalizado, na falta de inovação, no baixo potencial científico e tecnológico, na pobreza generalizada, sobretudo nas consequências, até hoje, da escravidão, mantida por sua última trincheira: a educação sem qualidade e desigual. Essa talvez seja nossa maior falha, porque é a causa de todas as falhas, embora não a única.

Anualmente, matriculamos 50 milhões de crianças na escola, mas, no máximo, 12,5%, 6 milhões, terminarão a educação de base preparadas para enfrentar o mundo adiante e aprender a construir um Brasil melhor e mais belo. Depois de séculos recebendo imigrantes de todas

as partes, nossos jovens agora sonham em emigrar. Todos os anos, perdemos braços e cérebros que abandonam o Brasil porque não têm esperança de vida melhor para eles nem veem perspectiva para o país.

Desde aquele abril até hoje, o Brasil relegou a educação como o vetor do progresso. A abundância de recursos naturais, que o escriba da descoberta comunicou à corte e a disponibilidade de mão de obra escrava trazida logo depois da África deixaram a ilusão de que não havia necessidade de criar conhecimento na população e técnicas entre especialistas. Passados cinco séculos, percebe-se o erro e tem-se a consciência de que não daremos continuidade ao progresso, não formaremos uma grande nação se não formos capazes de aproveitar o maior e mais permanente de nossos recursos: os cérebros de nossa gente. Para isso, será preciso eliminar a desigualdade entre escolas senzala e escolas casa grande e incorporar todas as nossas crianças em um sistema único nacional público de educação de base com máxima qualidade, capaz de formar nossa gente para as necessidades do mundo contemporâneo: a promoção de um desenvolvimento eficiente, justo, democrático e sustentável.

Estamos devendo isso a Cabral e seus marujos que chegaram há 523 anos, a todos nossos antepassados e a nossos descendentes que ainda não nasceram: transformar território e população em uma grande nação.

A Constituição no afogadilho punitivista

» LUIS CARLOS ALCOFORADO

Advogado

A crise institucional por que passa o Brasil exige compreensão para que se possam preservar os princípios, direitos e garantias fundamentais insertos na Constituição da República. A instabilidade política carece de força para justificar contorcimentos legais, com afronta à Constituição, em nome da preservação do Estado Democrático de Direito, que não se harmoniza com medidas arbitrárias ou casuísticas, sob a égide de um Estado violento para impor à cidadania restrições aos direitos que deveriam ser custodiados.

Cada personagem tem papel relevante a cumprir no desempenho de suas funções constitucionais, de tal sorte que os poderes da República não se deixem seduzir por narrativas ou teses jurídicas não consentâneas com a Constituição Federal e com os costumes nacionais, também fonte de direito.

Os poderes constituídos têm obrigação de fazer valer a vontade do constituinte, como elemento fundante da nação. Nos tempos correntes, verificou-se a hegemonia do Supremo Tribunal Federal na condução de soluções de Estado, com flagrante hipertrofia de sua competência e funções constitucionais, sob o protagonismo do ministro Alexandre de Moraes, cujas decisões são confortadas e harmonizadas pela maioria daquela corte, sem força capaz de neutralizar o aparente ímpeto repressor.

Assim, os institutos constitucionais sofrem adaptações sem diálogo com a tradição jurídico-cultural brasileira, que, mesmo em períodos sombrios e turbulentos da nossa história, edificou fundamentos que conservam intimidade com o Estado Democrático de Direito, relação cuja higidez deve ser preservada.

O agigantamento do Supremo Tribunal Federal, com o sufocamento dos direitos da cidadania e de outros poderes da República, tem a inegável vocação para criar precedentes perigosos e inconstitucionais, certamente a serem invocados no futuro, premissa que deixará a Justiça presa aos casuismos e arbítrios fincados em casos concretos, o que representará um retrocesso à civilidade.

Para ter uma ideia da magnitude da decisão do STF em relação à barbaridade dos atos de 8 de janeiro, apenas os ministros André Mendonça e Nunes Marques, numa análise exauriente do contexto narrado pela acusação, rejeitaram as denúncias ditas ilegais, porque não descreviam minimamente as condutas individualizadas de cada um dos denunciados, em afronta à lei.

A grosseria técnica de algumas das denúncias se projeta na constatação de que se trata de peças genéricas e uniformes, sem esmero à falta de adaptação ao caso concreto, as quais se expõem à inépcia à luz da própria narrativa, segundo a qual se confirma, expressamente, não se ter “notícia, até o presente momento, de que o denunciado estivesse entre eles”, ou seja, entre os participantes dos atos de depredação que estariam efetivamente envolvidos no vandalismo.

Significa dizer que, nessa fogueira inquisitorial, o Estado se estimulou a lançar no rol de denunciados pessoas que, a toda evidência, sofrerão as consequências da crepitação, por força de labaredas que queimam o corpo e danificam, definitivamente, a alma, notadamente em razão de prisões preventivas alongadas, à guisa da formação de culpa.

A rigor, verifica-se que há aparente tentativa de responsabilização objetiva, o que é vedado no campo do direito penal, segundo a doutrina e a jurisprudência do STF. Para obstar a impunidade dos vândalos tresloucados, a observância aos princípios e preceitos próprios do direito penal e do direito processual penal constitui imperativo, sob pena de nulidade do processo. Faça-se justiça! Impeçam-se as injustiças.

Não é a quantidade dos castigos e dos castigados que salvará a democracia, mas o correto enquadramento nos tipos penais, sob a plena franquia do devido processo legal e da ampla defesa, em cujas premissas se acha o direito de ser julgado por juiz competente, sem artificialismo do juízo natural em cujo poder se concentre a competência para processar e julgar o acusado. As crises institucionais e seus protagonistas passam, os precedentes ficam.



Ambições do grande timoneiro

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF

Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

As principais realizações do presidente Lula, até o momento, se limitam às viagens internacionais. No mais, planos, projetos, idealizações e reuniões. Nada de concreto. Além disso, ele retornou ao Palácio do Planalto, no seu terceiro mandato, com muita garra para refazer as relações internacionais e acalantar o sonho de ser o principal eixo em torno do qual deve girar o processo de paz na guerra da Ucrânia. No alto de suas ambições secretas, alguém deve ter lhe soprado que o Prêmio Nobel da Paz não está longe de suas possibilidades.

A pressa e a gana com que se atirou ao ambiente diplomático explicam os excessos nos discursos, nas colocações apressadas e nos erros de citação, quando o improviso não consegue se basear em fatos. Assim, ele disse que a ONU só conseguiu criar o Estado de Israel e não trabalhou em favor dos palestinos. A decisão de 1948 foi criar os dois Estados, o judeu e o muçulmano. Erro perdoável, embora perfeitamente dispensável porque o presidente brasileiro tem várias prioridades antes de se envolver na complicadíssima questão da convivência pacífica entre fundamentalistas no Oriente Médio.

Outro exemplo é a complicada posição por ele assumida em relação à guerra da Ucrânia. O presidente brasileiro começou a discutir o assunto como se estivesse numa rodada de cerveja em algum boteco de São Paulo. Lula enfileirou argumentos rasos sem perceber que criava séria oposição a ele mesmo em organismos internacionais.

Serguei Lavrov, ministro de Relações Exteriores da Rússia, uma águia que está há mais de uma

década na função, aproveitou a brecha, veio a Brasília, se reuniu com o seu equivalente brasileiro e fez uma visita de cortesia ao presidente Lula no Palácio da Alvorada. Depois disse aos jornalistas que Brasil e Rússia têm visões semelhantes em relação à guerra da Ucrânia.

Pronto. Lula arranjou uma guerra particular. Ele foi a Portugal e Espanha ouvir que os dirigentes daqueles dois países estão fechados com a Otan, consideram Putin o invasor, e os ucranianos agredidos. Não há meio-termo. O brasileiro teve que conviver com vaias no Parlamento português e manifestações contrárias nas ruas. Pior: os governos europeus e o dos Estados Unidos chegaram a afirmar, em nota oficial, que o Lula pagava uma posição da Rússia. Palavras pesadas para a linguagem diplomática.

É importante perceber que Lula foi a Portugal e Espanha, mas não estendeu seu périplo à França e à Alemanha. Os governos desses países são os mais arredios em relação à criação da área de livre comércio entre União Europeia e Mercosul. A finalização desse acordo pode ser a principal obra da administração Lula. Ele cria uma área de livre comércio em 28 países europeus e quatro sul-americanos, o que resulta em mercado de US\$ 20 trilhões, ou 25% da economia mundial. O acordo foi concluído em junho de 2019, mas os europeus apresentaram posteriormente outras ponderações e exigências. Resultado: todos retornaram às negociações.

O objetivo do governo brasileiro é anunciar o acordo durante o encontro entre a União Europeia e a Comunidade dos Estados da América

Latina e Caribe (Celac), prevista para 17 e 18 de julho em Bruxelas, na Bélgica. É difícil, mas não impossível. Mas o presidente Lula já avançou em entrevista ao jornal El País que “vamos propor mudanças ao texto do acordo. Como está é impossível aceitar”. Outro desabafo desnecessário, depois de tantas declarações nebulosas sobre a guerra na Ucrânia. Suas opiniões sobre o conflito, aliás, dificultaram ainda mais a conclusão do acordo.

O problema é que os europeus não confiam nas promessas brasileiras de reduzir o desmatamento na Amazônia. E tentam impor inclusive alguns tipos de punição quando os objetivos não forem atendidos. Os latinos não aceitam a conexão entre o comércio de bens e a o problema ambiental. Os europeus, por sua vez, se preparam para exigir certificação de procedência de carnes, de madeiras e de outros bens. O acordo estacionou porque o governo Bolsonaro não tinha o respeito dos europeus. Lula, ao contrário, é conhecido em toda a Europa, mas seus discursos nesta fase internacionalista estão desmanchando o bom prestígio anterior.

O acordo da União Europeia com o Mercosul contém todos os ingredientes para se transformar na obra maior do governo Lula, se for concluído. Trata-se do mercado de 750 milhões de habitantes. Na questão da Ucrânia, um telefonema de Xi Jinping a Zolodimir Zelensky abriu o caminho para possíveis negociações de paz. Quem tem a chave do sucesso nesse assunto é o chinês, que colocou a Rússia debaixo do braço. Lula precisa ajustar o foco de seu governo.